



Boletim de **Legislação**



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 339 – Novembro/2014

Período de: 01/11/2014 a 07/11/2014

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

| Tipo/Número | Publicação/ Edição | Ementa/Resumo | Acesso ao Texto Integral |
|--|-------------------------------|--|--|
| SÚMULA VINCULANTE Nº 34 | DJE/STF; 24/10/2014 | A Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho – GDASST, instituída pela Lei 10.483/2002, deve ser estendida aos inativos no valor correspondente a 60 (sessenta) pontos, desde o advento da Medida Provisória 198/2004, convertida na Lei 10.971/2004, quando tais inativos façam jus à paridade constitucional (EC 20/1998, 41/2003 e 47/2005. (OBSERVAÇÃO: A PSV 19, que aprovou a Súmula Vinculante 34, está pendente de publicação). | Súm. Vincul. 34 (Site do STF) |
| SÚMULA VINCULANTE Nº 35 | DJE/STF; 24/10/2014 | A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial. (OBSERVAÇÃO: A PSV 68, que aprovou a Súmula Vinculante 35, está pendente de publicação). | Súm. Vincul. 35 (Site do STF) |

| | | | |
|-------------------------|------------------------|---|--|
| SÚMULA VINCULANTE Nº 36 | DJE/STF; 24/10/2014 | Compete à Justiça Federal comum processar e julgar civil denunciado pelos crimes de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar de falsificação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) ou de Carteira de Habilitação de Amador (CHA), ainda que expedidas pela Marinha do Brasil. (OBSERVAÇÃO: A PSV 86, que aprovou a Súmula Vinculante 36, está pendente de publicação). | Súm. Vincul. 36 (Site do STF) |
| SÚMULA VINCULANTE Nº 37 | DJE/STF; 24/10/2014 | Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. (OBSERVAÇÃO: A PSV 88, que aprovou a Súmula Vinculante 37, está pendente de publicação). | Súm. Vincul. 37 (Site do STF) |

ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

| Tipo/Número | Publicação/ Edição | Ementa/Resumo | Acesso ao Texto Integral |
|--|------------------------|--|---|
| RECOMENDAÇÃO Nº 17 | DJE/CNJ; 07/11/2014 | Recomendar a todos os Tribunais da Federação que observem a Resolução n.8 do CNJ, de 29 de novembro de 2005 no que concerne a suspensão de expediente forense no período compreendido exclusivamente entre os dias 20 de dezembro a 06 de janeiro. | Recomend. 17 (Site do CNJ) |
| PROVIMENTO Nº42, da Corregedoria Nacional de Justiça | DJE/CNJ; 06/11/2014 | Dispõe sobre a obrigatoriedade do encaminhamento e da averbação na Junta Comercial, de cópia do instrumento de procuração outorgando poderes de administração, de gerência dos negócios, ou de movimentação de conta corrente vinculada de empresa individual de responsabilidade limitada, de sociedade empresarial, de sociedade simples, ou de cooperativa, expedida pelos Tabelionatos de Notas. | Prov. 42 (Site do CNJ) |

LEGISLAÇÃO MINEIRA

| Tipo/Número | Publicação/ Edição | Ementa/Resumo | Acesso ao Texto Integral |
|-------------------|-----------------------------|--|---|
| DECRETO Nº 46.644 | Minas Gerais; 07/11/2014 | Dispõe sobre o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual. | Dec. 46.644 (Site da ALMG) |

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

| Tipo/Número | Publicação/ Edição | Ementa/Resumo | Acesso ao Texto Integral |
|-------------------|-----------------------|---|--|
| AVISO Nº 61 | DJE; 04/11/2014 | Avisa aos juízes de direito diretores do foro das comarcas do Estado de Minas Gerais sobre a liberação de servidores para participar do 16º Encontro de Delegados Sindicais. | <p style="text-align: center;">Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p style="text-align: center;">ou</p> <p style="text-align: center;">Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/portal/egislacao/atos-normativos/menu-em-abas/corregedoria.htm</p> |
| AVISO Nº 63 | DJE; 07/11/2014 | Avisa que, a partir de 9 de dezembro de 2014, passarão a tramitar exclusivamente no sistema “Processo Judicial Eletrônico – PJe”, na Comarca de Belo Horizonte, os procedimentos judiciais listados neste Aviso, bem como os respectivos incidentes processuais e ações conexas | |
| AVISO Nº 64 | DJE; 07/11/2014 | Avisa que, a partir de 9 de dezembro de 2014, passarão a tramitar exclusivamente no sistema “Processo Judicial Eletrônico – PJe”, na Comarca de Contagem, os procedimentos judiciais listados neste Aviso, bem como os respectivos incidentes processuais e ações conexas. | |
| PORTARIA Nº 3.508 | DJE; 03/11/2014 | Determina a realização de Correição Extraordinária parcial na Comarca de Campanha para fiscalização dos serviços notariais e de registro. | |
| PORTARIA Nº 3.509 | DJE; 03/11/2014 | Determina a realização de Correição Extraordinária parcial na Comarca de Lambari para fiscalização dos serviços notariais e de registro. | |
| PORTARIA Nº 3.525 | DJE; 04/11/2014 | Dispõe sobre a estrita observância à lotação dos servidores dos órgãos auxiliares dos juízos de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais. | |
| PORTARIA Nº 3.527 | DJE; 07/11/2014 | Revoga a Portaria nº 3.426/CGJ/2014, de 15/09/2014. | |
| PORTARIA Nº 3.534 | DJE; 03/11/2014 | Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 3.507, de 20 de outubro de 2014, que determina a realização de correição extraordinária parcial na Comarca de Bambuí para fiscalizar os serviços do foro judicial. | |
| PORTARIA Nº 3.535 | DJE; 03/11/2014 | Efetiva a implantação definitiva do Selo de Fiscalização Eletrônico nos serviços notariais e de registro que especifica | |
| PORTARIA Nº 3.536 | DJE; 03/11/2014 | Implanta Projeto Piloto do Selo de Fiscalização Eletrônico nos serviços notariais e de registro que especifica | |
| PORTARIA Nº 3.537 | DJE; 05/11/2014 | Designa Juiz Diretor do Foro da Comarca de São Lourenço. | |

| | | | |
|--------------------|--------------------|---|--|
| PORTARIA Nº 3.539 | DJE; 05/11/2014 | Designa Juiz Diretor do Foro da Comarca de Capelinha. | <p>Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p>ou</p> <p>Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/portal/legislacao/atos-normativos/menu-em-abas/corregedoria.htm</p> |
| PORTARIA Nº 3.540 | DJE; 05/11/2014 | Designa Juiz Diretor do Foro da Comarca de Salinas. | |
| PORTARIA Nº 3.541 | DJE; 07/11/2014 | Designa Juiz Diretor do Foro da Comarca de Bocaiúva. | |
| PORTARIA Nº 3.548 | DJE; 07/11/2014 | Designa Juiz Diretor do Foro da Comarca de Ibirité. | |
| PORTARIA Nº 3.549 | DJE; 07/11/2014 | Designa Juiz Diretor do Foro da Comarca de Pará de Minas. | |
| PORTARIA Nº 3.550 | DJE; 07/11/2014 | Revoga a Portaria nº 3.429/CGJ/2014, de 15/09/2014. | |
| PORTARIA Nº 3.560 | DJE; 07/11/2014 | Determina a realização de inspeção técnica na Comarca de Pompéu, para fiscalização dos serviços do foro judicial. | |
| PORTARIA Nº 3.561 | DJE; 07/11/2014 | Determina a realização de inspeção técnica na Comarca de São Gotardo, para fiscalização dos serviços do foro judicial. | |
| PORTARIA Nº 3.562 | DJE; 07/11/2014 | Determina a realização de inspeção técnica na Comarca de Campina Verde, para fiscalização dos serviços do foro judicial. | |
| PORTARIA Nº 3.563 | DJE; 07/11/2014 | Determina a realização de inspeção técnica na Comarca de Coromandel, para fiscalização dos serviços do foro judicial. | |
| RECOMENDAÇÃO Nº 13 | DJE; 07/11/2014 | Recomenda aos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais a adesão ao Sistema das Unidades Interligadas de Registro Civil em estabelecimentos de saúde. | |

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.